

EDUCAÇÃO DO CAMPO: PERSPECTIVAS, DESAFIOS E PROPOSTAS

Cirineu da Rocha¹
Lays Jorge dos Santos²
Adão Francisco de Oliveira³

RESUMO: O modelo capitalista de agricultura, na área da educação, defende a reprodução da formação capitalista, centrada na competição, na formação exclusiva para o mercado de trabalho, na eficiência produtiva, na integração ao sistema e no individualismo. Já o modelo camponês, sendo alternativo ao modelo do agronegócio, apresenta o potencial de um projeto de educação também alternativo ao modelo competitivo deste sistema. Este outro modelo, defendido e praticado por diversos movimentos sociais, seria centrado no direito à cidadania, ao conhecimento crítico, ao conhecimento científico e à formação, não para o mercado de trabalho, mas para o mundo do trabalho socialmente útil, entendido como o processo de conhecimento e de transformação da natureza para o bem-estar dos seres humanos. O Estado do Tocantins, marcado por questões agrárias, foi em diversos momentos palco de intensas lutas e conflitos envolvendo de um lado os latifundiários e seus jagunços e do outro lado indígenas, camponeses sem terra e posseiros. Este tipo de luta e conflito que se tornaram frequentes em todo o país, ainda continua se reproduzindo no Estado, tendo como elemento motivador o poder político e econômico centrado nas mãos da oligarquia agrária que por vezes só ou aliados às burguesias locais impõe sua política de dominação. O Tocantins possui uma dinâmica muito interessante no que se refere à educação do/no campo e para entender tal dinâmica realizamos um trabalho de cotejamento bibliográfico, onde buscamos entender as teorias da educação do campo e apresentar suas experiências no Estado do Tocantins.

Palavras-chave: Educação no Campo; Tocantins; Camponês.

RESUMEN: El modelo capitalista de agricultura, en el ámbito de la educación, defiende la reproducción de la formación capitalista centrada en la competición, en la formación exclusiva para el mercado laboral, en la eficiencia productiva, en la integración al sistema y el individualismo. Ya el modelo campesino, al ser una alternativa al modelo de agronegocio, presenta el potencial de un proyecto de educación que también sea una alternativa al modelo competitivo de este sistema. Este otro modelo, defendido y practicado por diversos movimientos sociales, estaría centrado en el derecho a la ciudadanía, al conocimiento crítico, al conocimiento científico y a la formación, no para el mercado laboral, sino para el mundo

¹ Graduado em Licenciatura Plena em Geografia pela Universidade Federal do Tocantins – UFT, Mestrando em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Tocantins – UFT e professor de Agroecologia. E-mail: cirineurocha@mail.com.

² Graduada em Licenciatura Plena em Geografia pela Universidade do Estado do Pará – UEPA, Mestranda em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Tocantins – UFT, bolsista CAPES. E-mail: laysjorgedossantoz@gmail.com.

³ Doutor e Pós-doutor em Geografia pelo Instituto de Estudos Socioambientais da Universidade Federal do Goiás – IESA/UFG, atual presidente da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia – ANPEGE, professor adjunto da Universidade Federal do Tocantins – UFT. E-mail: adaofrancisco@mail.uft.edu.br.

del trabajo socialmente útil, entendido como proceso de conocimiento y de transformación de la naturaleza para el bienestar de los seres humanos. El territorio de Tocantins, marcado por cuestiones agrarias, fue en varios momentos escenario de intensas luchas y conflictos que involucraron a los terratenientes y sus pistoleros, de un lado, y a los indígenas, los campesinos y sin tierra, de otro. Este tipo de lucha y conflicto, que se han vuelto frecuentes en todo el país, aún se siguen reproduciendo en Tocantins, teniendo como elemento motivador el poder político y económico centrado en manos de la oligarquía agraria, que en ocasiones sola o en alianza con la burguesía local impone su política de dominación. Tocantins tiene una dinámica muy interesante en lo que respecta a la educación del campo y para comprender esta dinámica realizamos un trabajo de comparación bibliográfica, donde buscamos comprender las teorías de la educación del campo y presentar las experiencias en el territorio de Tocantins.

Palabras clave: Educación del Campo; Tocantins; Campesino.

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas o desenvolvimento urbano industrial tem sido uma política bastante discutida nos governos do Brasil. O país iniciou o processo de industrialização após a crise do capital em 1929, com a queda da bolsa de Nova Iorque e uma brusca desvalorização dos produtos de exportação, sendo nesse momento o café um dos principais produtos. Durante a Segunda Guerra Mundial houve uma fase de industrialização acelerada, com duração até meados da década de 70. Assim, com a intensificação das atividades industriais, o Brasil vai aos poucos deixando para trás a condição de país agrícola.

Com o desenvolvimento da indústria, da modernidade e da propaganda, diversos valores culturais próprios do mundo capitalista vieram à tona, abonando os costumes tradicionais e culturais do campo, muitas vezes negando-os ou menosprezando-os.

Para garantir a mão de obra na indústria, os recursos públicos foram sendo destinados a construção de uma infraestrutura urbana e um abandono do campo, com uma população desassistida em termos de educação, saúde, transporte, comunicação e outros serviços básicos para o desenvolvimento social do/no campo, causando desterritorialização e provocando propositalmente o êxodo rural de milhares de pessoas para as periferias dos centros urbanos. Sendo assim, é importante salientar que a década de 70 representou um avanço no setor industrial, porém, houve um esvaziamento do mundo rural.

Com o surgimento dos movimentos sociais do campo no final da década de 70 inicia-se um novo momento da luta pela terra, tendo como tática as ocupações em terras devolutas, griladas e improdutivas em diferentes regiões do Brasil, recolocando assim a Reforma Agrária na pauta nacional das discussões e ações políticas no campo.

O processo de Reforma Agrária no Brasil é moroso e repleto de entraves burocráticos que inviabiliza a implantação de políticas públicas que combatam essa realidade, cuja análise nos mostra quão necessária é a participação mais eficiente do sistema educacional nestas áreas, criando escolas capazes de efetivar mudança social em benefícios das populações do campo, de modo a proporcionar desenvolvimento e bem-estar social a todos.

Nessa perspectiva é possível olhar para os projetos desenvolvidos na visão da manutenção ou superação do modelo de desenvolvimento que mantém a forma de posse da terra, das águas, dos bens de consumo, das práticas culturais, do poder político, dentre outros.

A escola para dar conta de uma educação que abarque toda essa problemática precisa levar em consideração esses princípios e ver o homem e a mulher do campo como sujeitos de suas histórias. Este é um trabalho de cotejamento bibliográfico qualitativo que tem como objetivo entender os pressupostos teóricos da Educação do Campo e apresentar as experiências de Educação do Campo no Estado do Tocantins.

EDUCAÇÃO DO CAMPO: UM OLHAR PARA O ESTADO DO TOCANTINS

No Brasil, temos um sistema educacional voltado ao mercado de trabalho, uma educação tecnicista, onde o ser humano vive para trabalhar, ao invés de trabalhar para viver. A Educação do Campo, nesse sentido, exemplifica muito bem, o descaso e a negação do direito, por parte do Estado brasileiro, no que tange às políticas públicas, para atender as populações camponesas.

A ideia de que a mão-de-obra qualificada pode representar uma vantagem numa economia internacional cada vez mais competitiva ainda tem de derrubar velhas crenças acerca da “educabilidade” e dos papéis econômicos apropriados aos brasileiros pobres e negros. Hoje, existe alguma evidência de que essas crenças estão mudando entre alguns integrantes da elite, mas ainda falta muito para que isso venha a afetar as políticas e práticas educacionais. (PLANK, 2001, p.22).

E é nesse vácuo da negação do direito pelas elites dominantes, que nasce na organização civil as Escolas Família Agrícola – EFA como um projeto de Educação do Campo para atender a juventude camponesa dessa região. Segundo Kolling, Nery e Molina (2000) o fato é que a Educação do Campo necessita trabalhar os diversos interesses dos trabalhadores do campo que produzem seus valores, conhecimento, costumes e as relações de produção na maioria das vezes não capitalista.

No Tocantins, existem 352 assentamentos rurais que atendem 23 mil famílias (NÓBREGA, 2022), além das comunidades tradicionais, posseiros, ribeirinhos, pescadores, quilombolas e povos indígenas. Mesmo assim, a prioridade no que tange aos serviços sociais de atenção aos camponeses ainda não foi dada, a esperada democratização e socialização do acesso à terra e implantação dos serviços básicos estruturais como um fator que vai dar suporte à produção e reprodução social da classe (camponês) estão longe de acontecer e não é diferente no aspecto social, político e cultural.

A Lei 9.394/1996, cujos artigos 23, 24 e 28 reconhecem a diversidade do Campo e estabelecem orientações para o atendimento dessa realidade, o Decreto Presidencial 7.352, de 4 de novembro de 2010 dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA. O projeto lei que regulamenta o Plano Nacional de Educação diz no Art. 8, no § 1 “Os entes federados deverão estabelecer em seus respectivos planos de educação metas que considerem as necessidades específicas das populações do campo e de áreas remanescentes de quilombos, garantindo equidade educacional” (BRASIL, 1996).

O Estado do Tocantins dispõe de uma atuação muito instigante quanto à educação do campo. A Escola Família Agrícola de Porto Nacional – TO é o melhor exemplo, a escola é uma iniciativa da organização não governamental denominada COMSAÚDE – Comunidade de Saúde, Desenvolvimento e Educação – e das organizações das comunidades camponesas da região - Associações de Agricultores Familiares e Sindicato dos Trabalhadores Rurais - na busca de alternativas para resolver a carência de oferta educacional pelo poder público no município. Durante o processo, foi detectado o avanço da agricultura moderna, onde alguns agricultores foram forçados a deixar a agricultura familiar para dar espaço à grande produção, que se utilizava de pacotes tecnológicos e financiamentos bancários para a compra de máquinas pesadas, sementes híbridas, adubos sintéticos, agrotóxicos, desmatamento do cerrado, etc. Essa dinâmica deixou muitos agricultores endividados, a ponto de perder a própria terra, não havendo ainda preocupação com o meio ambiente e as pessoas que viviam no campo.

Bourdieu (2014) alerta para as formas de reprodução de desigualdades ocorridas no seio escolar, envolvendo campos culturais, sociais e econômicos. Essa lógica evidentemente é problemática na medida em que a escola, que deveria ser espaço para a formação integral, criativa e crítica tornou-se instrumento de reprodução de desigualdades. Oliveira (2007) advoga para a necessidade de uma formação integral para além do mercado de trabalho, uma educação que forme cidadãos críticos e criativos.

Para assegurar as suas características de Educação do Campo e os princípios básicos da Pedagogia da Alternância, as Escolas Famílias Agrícolas estão organizadas a nível internacional na AIMFR – Associação Internacional dos Movimentos Familiares de Formação Rural, com sede em Paris, na França. Diversas foram as adequações para atender as necessidades do educando na sua formação, como também, para o desenvolvimento das comunidades camponesas da região.

A EFA oferece ensino fundamental, ensino médio integrado ao Técnico em Agropecuária para a Agricultura Familiar, curso pós-ensino médio em Técnico em Agropecuária e Formação de educadores nas áreas de Reforma Agrária em Pedagogia da Alternância com o curso Magistério de Nível Médio. Atualmente tem-se feito uma discussão com os movimentos sociais acerca da criação do curso técnico em Agroecologia tendo como principal parceiro o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA.

O PRONERA foi criado em 1998, vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, mas com a forte presença dos movimentos sociais do campo e das universidades públicas ou comunitárias. Dentre os seus ideais estavam a educação nas áreas de reforma agrária estimulando, propondo, criando, desenvolvendo e coordenando projetos educacionais, utilizando metodologias voltadas para a especificidade do campo, tendo em vista contribuir para a promoção do desenvolvimento sustentável. Atendendo às reivindicações dos/as trabalhadores/as rurais, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA coordena a execução do PRONERA desde 1998, articulando Estados, movimentos sociais, organizações não governamentais e outras instâncias com vistas ao fortalecimento da educação nos assentamentos por meio de metodologias específicas.

Existe no Estado do Tocantins mais quatro Escolas Famílias Agrícolas, além dos Centros de Alternância, sendo uma em Esperantina sob a responsabilidade da FETAET – Federação dos Trabalhadores na Agricultura, uma em Campos Lindos sob a responsabilidade da CPT – Comissão Pastoral da Terra, uma em Colinas sob a responsabilidade da Prefeitura e uma em implementação no município de Palmeirópolis sob a responsabilidade do MAB – Movimentos dos Atingidos por Barragens.

No Estado em questão aconteceram dois projetos de alfabetização de jovens e adultos no campo, UNITINS, 1999 e FECOLINAS, 2001, estes projetos ofereceram programa oferece qualificação profissional e escolarização aos jovens camponeses de 18 a 29 anos que não concluíram o ensino fundamental e visa ampliar o acesso e a qualidade da educação a essa parcela da população historicamente excluída do processo educacional, respeitando as

características, necessidades e pluralidade de gênero, étnico-racial, cultural, geracional, política, econômica, territorial e produtivas dos povos do campo.

Em 2008 após reformulações, passou a integrar o Programa Nacional de Inclusão de Jovens, com a denominação de Programa Projovem Campo-Saberes da Terra, cuja gestão é do Ministério da Educação. O currículo do programa surge como um avanço no plano das concepções de Educação do Campo e de metodologia de educação de jovens e adultos no Brasil, fato que não se observava desde os debates sobre proposta de educação popular inspirada nas ideias de Paulo Freire. Freire (1971) entendia que ninguém sabe mais nem menos, mas nossos saberes se completam numa prática dialógica, respeitando a cultura, as vontades e limitações de cada ser humano na sua particularidade.

A escola do campo, como espaço de formação-exercício de cidadania ativa, assume a formação escolar como lugar de debate sobre o projeto de desenvolvimento em curso na sociedade e sobre a inserção das comunidades camponesas nesse processo.

O ProJovem Campo - Saberes da Terra, constituída a partir de uma ação interministerial dirigida inicialmente pela Coordenação e Educação do Campo, e uma iniciativa do Governo Federal que visa fomentar a reorientação curricular nas escolas rurais do país, a partir de três ações:

- I. Proposição de uma matriz pedagógica de referência para elaboração de propostas pelas secretarias de Educação dos Estados e Municípios, pautado pelos princípios da Alternância Pedagógica e da Educação do Campo;
- II. Auxílio financeiro aos sistemas de ensino e forma suplementar, com repasse de recursos para custeio, contratação de pessoal, formação continuada, produção de material pedagógico, etc.
- III. Estímulo à institucionalização de práticas de colaboração entre os órgãos governamentais dos Estados, Distrito Federal, municípios, movimentos sociais do campo e universidades.

Este programa oferece qualificação profissional e escolarização aos jovens camponeses de 18 a 29 anos que não concluíram o ensino fundamental e visa ampliar o acesso e a qualidade da educação à essa parcela da população historicamente excluída do processo educacional, respeitando as características, necessidades e pluralidade de gênero, étnico-racial, cultural, geracional, política, econômica, territorial e produtivas dos povos do campo.

Paulo Freire (1997) explica que, frequentemente, as lições escolares apresentam conteúdos “artificiais” que estão distantes da realidade dos alunos, e acaba por não despertar o seu interesse, pois julgam como desnecessário aprendê-los, visto que não identificam a possibilidade de aplicar o que se aprende na escola, na realidade vivida. Daí a importância de uma escola criada e adaptada para a dinâmica própria do campo.

Instaurado em 2005 com a denominação de Saberes da Terra, como projeto piloto em 12 estados, incluindo o Tocantins com 11 turmas, 250 alunos na Região do Bico do Papagaio e em Campos Lindos, com início das aulas em 2006 e término em 2008. Em 2008 após reformulações, passou a integrar o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem), com a denominação de Programa ProJovem Campo-Saberes da Terra, cuja gestão é do Ministério da Educação. O Projovem possui outras três modalidades: adolescente, trabalhador rural e trabalhador urbano.

Assim, tomando os eixos temáticos como apontamento do que deve ser estudado, evidencia-se um percurso formativo em que se propõem mobilizar educadores e educandos:

- I. A caracterização da realidade vivenciada pelo grupo de camponeses do qual fazem parte;
- II. A problematização sobre os fatos que dizem respeito à sua historicidade, sua realidade e suas possibilidades;
- III. A proposição de ações que permitam vislumbrar estratégias de sustentabilidade para suas comunidades.

Por fim, os Movimentos Sociais e entidades que praticam Educação do Campo no Estado em diversos momentos iniciaram o debate para constituir o Fórum de Educação do Campo, com o objetivo de ter um espaço de debate da política de Educação do Campo e a construção de estratégia para programá-la.

DISCUSSÕES E RESULTADOS

Com o fórum realizado no ano de 2015 foram construídas uma diversidade de propostas que tem como objetivo central o fortalecimento do espaço da Educação do/no Campo, onde cada pessoa que esteja no campo seja vista como sujeito de sua história, Nóvoa (2002) afirma que já houve um tempo sem escola e não sabemos se este tempo regressará, uma coisa é certa, tempos virão em que a sociedade necessitará de outras escolas. As propostas apresentadas à SEDUC durante o fórum foram as seguintes:

- I. A constituição de uma Superintendência de Educação na Diversidade com três Diretorias, ou seja, Educação Indígena, Educação Jovens e Adultos e Educação do Campo;
- II. A constituição de políticas públicas específicas para a Educação do Campo com planejamentos, metas definidas, orçamento próprio, formação continuada para os/as educadores/as do campo com graduação, especialização nas diversas áreas de



- produção e educação (Agroecologia, Pedagogia da Alternância, Questão Agrária e Desenvolvimento Sustentável);
- III. Também houve a discussão acerca de pontos importantes para a construção adequada de escolas no campo envolvendo:
 - IV. Estrutura física adequada com espaços para implementação de unidades de produção com princípios Agroecológicos;
 - V. Áreas para atividades esportivas, de lazer e cultura;
 - VI. Materiais pedagógicos adequados para atender as necessidades específicas da escola (equipamentos/máquinas, insumos agrícolas, livros da área técnica);
 - VII. O Reconhecimento das Escolas que atendem em Alternância como uma modalidade específica, visto que as atividades para os/as estudantes acontecem em dois períodos: tempo-escola e tempo-comunidade, este último em regime de semi-internato, atendendo as especificidades da agricultura familiar, visto que os jovens participam do processo produtivo;
 - VIII. Criação de um módulo específico para lotação dos servidores para as escolas do campo, havendo plano de carreira, de cargo e vagas para profissionais das áreas de ciências agrárias que atuarão nas escolas do campo;
 - IX. Instalação da EFA de Palmeirópolis, uma vez que já existem recursos, área definida para construção e uma demanda crescente dos filhos e filhas dos camponeses moradores da porção do Sul e Sudeste do Estado do Tocantins;
 - X. A inserção das EFAs de Esperantina, Riachinho e Jalapão, em conjunto com as comunidades e entidades dos trabalhadores;
 - XI. Ampliação da EFA de Campos Lindos;
 - XII. Ampliação dos Saberes da Terra para pessoas que vão além da idade máxima com uma parceria PRONERA/INCRA/MDA, pois tem sido um programa que tem dado a oportunidade a milhares de jovens do campo a estudarem a partir de sua realidade e respeitando sua cultura e conhecimento.
 - XIII. Fortalecimento do Fórum Estadual de Educação do Campo como ferramenta de debate e construção de políticas para Educação do Campo;



CONCLUSÃO

A Educação do Campo surge na contradição da política oficial, onde o campo é visto como o atrasado alheio à sociedade, como se os sujeitos que nele moram, sejam responsáveis apenas em produzir e abastecer o urbano, sendo a cidade referência de modernidade.

Se olharmos para o presente, existe um problema para os jovens e se nos remetermos para o futuro continuam sendo os mais prejudicados nesse episódio. Os jovens do campo já estão se sentindo prejudicados, principalmente pela desestruturação de suas comunidades e famílias, com a instalação dos projetos de grandes escalas como: hidrelétricas para geração de energia, grandes extensões de terra para o plantio de soja, eucalipto, pecuária e entre outros que tem provocado o deslocamento/êxodo rural de várias famílias, comunidades, bem como a destruição das margens dos rios, florestas e dos espaços de reprodução da unidade familiar e lazer da comunidade.

Percebemos que já existem diversas construções e projetos de Educação do Campo no Estado do Tocantins, o que precisa haver de fato é a articulação entre esses projetos e o Estado, com responsabilidade e com o envolvimento de políticas públicas adequadas.

Não acreditamos que seja necessária a mudança do homem do campo para cidade e sim que sujeitos educados e com conhecimento transformem suas vidas dentro do espaço e realidade existente. Portanto, não lutamos por algo diferente, lutamos apenas pela garantia da igualdade de direitos dentro da realidade específica de cada um, seja na cidade, seja no campo. E acima de tudo acreditamos que a educação é uma possibilidade de pôr em conflito o conhecimento e a política, proporcionando uma forma de transformar a esperança em ação.



REFERÊNCIAS

BOURDIEU, P.; PASSERON, J. C. **A Reprodução**: elementos para uma teoria do sistema de ensino. 7ª ed. Petrópolis: Vozes, 2014. (Capítulo 4, parte 3: A função ideológica do sistema de ensino).

BRASIL. **LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>. Acesso em: 30 de ago. 2022.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1971.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

KOLLING, Edgar Jorge; NERY, Irmão José Isarel; MOLINA, Mônica Castagna. **Por uma Educação Básica do Campo**. Brasília: Articulação Nacional por uma Educação Básica do Campo, 2000.

NÓBREGA, Wanja. **Naturatins participa de força-tarefa para regularizar assentamentos rurais do Tocantins**. [TOCANTINS]: Secretaria da Comunicação, 18 maio de 2022. Acesso em: 25 de nov. 2022. Disponível em: <encurtador.com.br/ixJ16>.

NÓVOA, António. **As Organizações Escolares em Análise**. São Paulo: Dom Quixote, 1992.

OLIVEIRA, Adão Francisco de. PERCALÇOS DA ESCOLA E SENTIDOS DA EDUCAÇÃO. In: **Educação na alternância**: cidadania e inclusão social no meio rural brasileiro. OLIVEIRA, Adão Francisco de. NASCIMENTO, Claudemiro Godoy do (orgs.). Goiânia: Editora da UCG, 2007, p. 11-15.

PLANK, David N. **Política Educacional no Brasil: caminhos para a Salvação Pública**. Porto Alegre: Artmed, 2001.